

338.27282
M527

ARNON DE MELLO

Senador da República

Alagoas, Petróleo e Petrobrás

**A MÍSTICA DO PETRÓLEO
NÃO SE ESGOTOU
COM A SUA DESCOBERTA**

Serviços Gráficos GAZETA DE ALAGOAS

Maceió — Alagoas

ARNON DE MELLO

Senador da República

Alagoas, Petróleo e Petrobrás

Serviços Gráficos GAZETA DE ALAGOAS

Maceió — Alagoas

**DISCURSOS DO SENADOR ARNON DE MELLO NO SENADO FEDERAL
JÁ PUBLICADOS**

Energia Nuclear

Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Pesquisa

Emigração de Cientistas

Ciência e Democracia

Cientistas-Meninos

América Latina: Educação e Desenvolvimento

Inquérito Parlamentar Sobre o "Brain Drain"

Problemas de Educação

Perfis

Responsabilidade do Legislador

Vereadores

Pelé no Senado

Legislação Social e Desenvolvimento (1930-1964)

Para correspondência e pedidos:
Rua México, 168 — 10.º — Salas 1001/05
Rio de Janeiro

Sr. Presidente: (*)

Quando recentemente estive em Alagoas e tomei conhecimento do clamor do povo contra a transferência da sede da Região de Produção Nordeste da Petrobrás, há cerca de doze anos instalada em Maceió, procurei, em aqui chegando, o Sr. Ministro das Minas e Energia, Professor Dias Leite, homem de inteligência e sensibilidade, capaz de sentir o problema nas suas implicações mais profundas. Quis também falar com o ilustre Marechal Valdemar Levy Cardoso, que, com o seu conhecido patriotismo, presidia então a Petrobrás, mas êle acabara de viajar ao exterior no trato de interesse da Empresa.

Como, ao regressar, o Marechal Levy Cardoso se demitiu da alta função que exercia, preferi aguardar que se empossasse o seu sucessor para cuidar do problema junto à Petrobrás.

COM A PETROBRÁS

Sexta feira passada, Senhores Senadores, assisti, com ilustres colegas desta Casa, à cerimônia da posse do novo Presidente da Petrobrás, o eminente General Ernesto Geisel, a quem transmiti, com os melhores votos de feliz gestão, o apêlo do povo alagoano no sentido de ser reexaminado o assunto. E, ao mesmo tempo, procurei os dignos Diretores da Petrobrás mais responsáveis pela decisão, General Augusto Roca Diegues, Diretor-Tesoureiro, e Engenheiro Ivan Barreto de Carvalho, Diretor da área de exploração e produção, que por certo compreenderiam a nossa atitude no caso. Concederam-me êles um encontro de cerca de quatro horas, durante o qual atentamente ouvi a exposição dos motivos determinantes da decisão tomada e me permiti apresentar-lhes as nossas razões, que com a decisão não se conciliam.

(*) Discurso pronunciado na sessão de 19 de novembro de 1969, no Senado Federal, em Brasília.

MOTIVAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA

Cumpre-me, Senhores Senadores, por amor à verdade, relacionar desde logo os dois motivos que o eminente Engenheiro Ivan Barreto de Carvalho indicou como decisivos da mudança de Maceió para Aracaju da RPN.

O primeiro dêles é fazer economia através da redução dos custos da exploração do petróleo, para o que considera importante diminuir o pessoal da Empresa. Em 1964, tinha a Petrobrás 37.600 funcionários, e hoje, apenas 33.200. Dêste total, 36% trabalham na exploração e produção, exatamente a área cuja verba de pessoal é mais elevada.

Na região do Amazonas, foram demitidos 2.000 empregados entre 1964 e 1968, e êste ano já cêrca de 300.

Na área do Maranhão, a Bacia Barreirinhas, onde já foram perfurados cinquenta e seis poços, está começando a dar boas surpresas que não permitem abandoná-la.

Na Região Nordeste, estudava-se a maneira de reduzir o número de empregados, que é de 1.940, dos quais 52% trabalham em Alagoas (serviços de administração, etc.) e 48%, em Sergipe. Planeja a Petrobrás dispensar 30% do pessoal em um e outro Estado.

A alegação de economia não impõe a mudança, de vez que as despesas que esta ocasiona, com a construção de novas instalações e habitações, superam as vantagens financeiras dela resultantes. Mesmo porque não haveria necessidade de transferir a sede da RPN para que a empresa pudesse prescindir do pessoal que considere dispensável.

PETRÓLEO EM ALAGOAS

O segundo motivo apresentado como determinante da mudança se desdobra em dois itens: o pouco rendimento dos poços de terra perfurados em Alagoas e o insucesso do primeiro poço que se abriu na plataforma submarina de Maceió.

Quanto ao primeiro item, ressaltase que os geólogos da Petrobrás tinham grandes esperanças de encontrar petróleo no meu Estado, que possui larga extensão de área sedimentar muito espessa. E' nesta que se procura com êxito o ouro negro, que não se localiza em rochas ígneas mas em rochas sedimentares. Identificada a área, mede-se-lhe a profundidade. Como o petróleo deve ter geração mais profunda, é êle menos encontrado em área sedimentar de pouca espessura. Eis porque em Sergipe, cuja área sedimentar é tão pouco espessa, não se esperava petróleo, e foi grande surpresa para a Petrobrás quando êle emergiu no campo de Carmópolis.

Alagoas tem tôdas as características petrolíferas. Lá foram

identificadas rochas matrizes ou geradoras e rochas acumuladoras. Já no Paraná, onde o petróleo está presente, há apenas as rochas acumuladoras que não permitem extraí-lo, pois êle não tem, aí, mobilidade. Ocupa espaços vazios na rocha, à semelhança da água na esponja, mas sem comunicação, e por isso não tem permeabilidade. Faz-se o poço, e o poço não produz porque o petróleo não migra, não se movimenta das rochas na direção dêle para ser extraído.

O Sr. Leandro Maciel — Permite-me V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador). — Estou acompanhando, com vivo interesse, o magnífico discurso de V. Exa. Diz V. Exa. que os geólogos da Petrobrás se surpreenderam com o resultado do campo de Carmópolis, onde foram descobertos vários poços produtores de petróleo. Esta surpresa dos geólogos, que V. Exa. acaba de citar, no campo de Carmópolis, não deveria ter ficado só aí mas se estendido aos campos já delimitados de Sirizinho, Riachuelo e Aguilhadas. Vê V. Exa. que o petróleo existe em Sergipe em tôda bacia sedimentar, onde tem sido procurado pela Petrobrás. Não é só, insisto em dizer, restrito ao campo de Carmópolis. Já temos quatro campos delimitados com uma produção parcial, já, de cerca de 35.000 barris de óleo por dia.

O SR. ARNON DE MELLO — Eminentíssimo Senador Leandro Maciel, as informações que transmito ao Senado eu as colhi de engenheiros da Petrobrás. O que êles me disseram é que a área sedimentar de Sergipe é pouco espessa e, em área sedimentar pouco espessa, não se espera tanto petróleo como se encontrou em Sergipe, pelo que felicito V. Exa. e os sergipanos.

NA BAHIA

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Queria trazer a V. Exa. um elemento histórico. Também em relação à Bahia, na zona primitiva em que se encontrou o petróleo, na zona do Lobato, os geólogos cansaram de declarar que ali não havia petróleo por causa da natureza granítica do solo. Quer dizer, os geólogos daquele tempo conheciam, talvez, o fenômeno petróleo através dos livros. O fato é que Lobato não é reservatório de petróleo, mas, por aí, num terreno que não devia, logicamente, dar petróleo, é que se começou a fazer, no Brasil, a prospecção e descoberta do petróleo.

O SR. ARNON DE MELLO — Muito obrigado a V. Exa., nobre Senador Aloysio de Carvalho, pelo seu aparte, que constituiu excelente argumento para a tese que aqui defendo.

INJUSTIÇA

Embora ainda não tenhamos alcançado grande sucesso em Alagoas, é injusto dizer que a velha província, pioneira das lutas pela exploração do petróleo brasileiro, não haja correspondido de todo à expectativa. Ainda bem não se anunciava a decisão da Petrobrás de transferir de Maceió a sede da Região de Produção do Nordeste, na Cidade de São Miguel dos Campos um poço explodia em gás natural, tão rico como o petróleo, produzindo por dia quatorze milhões de pés cúbicos, o que lhe dá condições de exploração econômica. Ao seu lado, a Petrobrás já está fazendo três novas perfurações, com grandes esperanças de bom sucesso. Com o gás, São Miguel dos Campos, que tem amplas áreas de calcário, poderá produzir, em abundância e economicamente, cimento e fertilizantes.

O poço pioneiro do Furado, em Alagoas, deu também sinais de petróleo, e a Petrobrás no momento prepara o Furado n. 2.

E' pequena a produção dos poços do Tabuleiro do Martins e Coqueiro Sêco (20.000 barris por mês), mas surpreende que em cinco anos as suas condições permaneçam as mesmas, sem queda dos reservatórios produtores.

Além destes e de mais algumas dezenas, numerosos outros poços pioneiros terão de ser perfurados em Alagoas, pois em Sergipe, embora com uma bacia sedimentar correspondente a dois terços da nossa, já foram abertos mais de cem poços pioneiros.

O programa exploratório em terras alagoanas foi praticamente interrompido por três anos, entre 1965 e 1968, e só voltou a ser retomado com a descoberta de Furado.

PLATAFORMA SUBMARINA DE ALAGOAS

Quanto ao segundo item da exposição do Engenheiro Ivan Barreto de Carvalho, que motivou a retirada de Maceió da sede da RPN, os geólogos da Petrobrás também nutriam fortes esperanças de encontrar petróleo na plataforma submarina de Alagoas. Aí eles operaram mesmo com muito cuidado, pois aguardavam grandes surpresas de óleo ou gás. E os trabalhos agora executados haviam sido inicialmente delineados no Gogó da Ema e na Ponta Verde, em Maceió, desde 1939 a 1940.

Apesar de Alagoas ter tôdas as características petrolíferas, não se encontrou petróleo no primeiro poço perfurado na nossa plataforma submarina.

Mas convenhamos em que as perspectivas desta vêm de ser submetidas apenas ao início de um teste, pela perfuração de um poço entre quatro, pelo menos, programados. O primeiro poço de Ser-

gipe, na plataforma submarina, também não obteve bom êxito e, em dez até agora perfurados, somente quatro deram petróleo, e um, gás.

AS NOSSAS RAZÕES

Aí está, Senhores Senadores, em quanto me foi possível fixar, a exposição do ilustre Engenheiro Dr. Ivan Barreto de Carvalho, que muito me sensibilizou pela franqueza e honestidade com que se exprimiu.

Por meu lado, além de intercalar na sua exposição observações e comentários que me pareceram justos, relatei a seguir as nossas razões, desde logo realçando que Alagoas não se encontra em disputa com Sergipe, cujo povo, nesta Casa tão bem representado pelos nobres Senadores Leandro Maciel, ex-Governador do Estado, Júlio Leite e José Leite, nos merece o maior aprêço. Do eminente brasileiro que é o Senador Leandro Maciel, aqui ouvimos sexta-feira passada estas palavras a propósito do assunto:

“Nenhum movimento partiu do meu Estado no sentido de ser fechada a Residência de Produção de Maceió. O que pleiteamos, e tínhamos o direito de pleitear, era a instalação de um Distrito autônomo em Sergipe, porque é segundo produtor de petróleo do Brasil, mas esperávamos que continuasse em Alagoas a Residência da Petrobrás, sem prejuízo, portanto, para o Estado vizinho. A Petrobrás entendeu diferentemente. Nós, sergipanos, vivemos irmanados com o povo de Alagoas no sofrimento e no esquecimento. Nunca poderia partir de nós providências no sentido de prejudicar o Estado vizinho.”

DEBATE

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não, nobre Senador Vasconcelos Tôrres.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Depreendo dêsse debate...

O SR. ARNON DE MELLO — Não há debate.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — V. Exa. disse, sussurando: “não há debate”. Houve, porque o nobre Senador Teotônio Vilela falou, o eminente Senador Leandro Maciel aparteou e V. Exa. agora comenta o assunto. O debate não quer dizer que seja na hora. É’ o debate do problema. Esse sussurro, aliás, vem sublinhar a minha intervenção. E, continuo, estou depreendendo que há uma guerrinha não declarada entre Alagoas e Sergipe. Uma guerrinha em que os dois Estados — não quero entrar no mérito, pois não pretendo estudar o assunto — reivindicam a sede do Departamento técnico

ou burocrático da Petrobrás nas suas respectivas capitais. Entendo que a Petrobrás é Brasil; entendo que a nossa empresa estatal de petróleo não pode cingir-se a um âmbito estreito de regionalismo que, desgraçadamente, neste País, ainda não é decadente; pelo contrário, é florescente. Esse bairrismo só pode ser salutar em alguns casos, e V. Exa. está cobrindo a proposta do seu colega de Bancada, o Senador Teotônio Vilela, porque, se V. Exa. não falasse, ficaria mal em Alagoas, pois diriam ali: "O Teotônio falou e o Arnon não disse nada." Na verdade, é duro dizer, mas este é o retrato frio e cruel da nossa mentalidade, ainda, de País subdesenvolvido. Então, a Petrobrás tem a plataforma marítima em Alagoas e deve pertencer o escritório a Maceió; Sergipe apresenta Carmópolis e deve ter em Aracaju o seu escritório. Mas Aracaju e Maceió não representam, por acaso, esta unidade brasileira? E não será que esses técnicos notáveis da Petrobrás olharam o sentido do Brasil e não essas conveniências regionais? V. Exa. talvez — me perdoe, e vou encerrar porque não quero que o meu aparte seja longo — se preocupa em que haverá desemprego em Maceió. Por outro lado, o Senador Leandro Maciel está babando de alegria porque vai haver emprego em Sergipe. Mas não podemos olhar, de maneira nenhuma, este problema por esse prisma, porque, do contrário, se regionalizarmos a Petrobrás, estaremos retirando dela todo o sentido brasileiro de empresa moderna. E isto é que tem impedido o Brasil de ir para a frente, em alguns casos, do mesmo passo em que o Senado se transforma numa espécie de Câmara de Vereadores de Maceió e Aracaju. Entendo que o debate da Petrobrás tem que ser encarado globalmente, e não em termos de Município ou de Estado. Perdoe-me por estar apartando uma das figuras mais brilhantes, no que diz respeito à inteligência, de um intelectual e emérito jornalista, ao sentir, assim, que V. Exa. vai ficar muito bem no seu Estado. Mas o Senador Teotônio Vilela já está alguns corpus-luz à frente de V. Exa. O Senador Leandro Maciel já cobriu a proposta, pois, afinal de contas, não foi S. Exa. quem pediu, não foi Sergipe quem pediu. A Petrobrás foi para lá porque entendeu que deveria ir. V. Exa. cumpre o seu dever. E' aquilo que Drew Pearson, grande comentarista político norte-americano, dizia: o próprio Senado americano defende interesses locais, interesses regionais. Mas não podemos, aqui, em matéria de Petrobrás, estar, assim, levando o debate para este terreno. A Petrobrás, é brasileira, a Petrobrás não é de Alagoas, não é de Sergipe, nem sequer da Bahia. Se tivesse que haver Petrobrás mesmo, a sede seria na Bahia, porque a Bahia é que está alimentando o Brasil de petróleo; não é Caxias, no meu Estado, onde se acha instalada a refinaria maior da América Latina. De maneira que V. Exa. me perdoe, mas queria dizer o seguinte: o problema da Petro-

brás é do Brasil; não pertence a este ou àquêlê Estado. E se a mudança de um escritório é feita — vamos render justiça aos técnicos administrativos da Petrobrás — é porque há um interêsse maior na produtividade. Peço perdão por ter interrompido o discurso de V. Exa. Agradeço a atenção com que fui ouvido. A V. Exa., como alagoano, grau 100, mas em matéria de Petrobrás, zero.

ELEGÂNCIA

O SR. ARNON DE MELLO — Agradeço, em primeiro lugar, a elegância e a generosidade do aparte com que me honrou V. Exa. Em segundo lugar, só lamento que V. Exa. não se tenha reservado para apartear-me no fim do meu discurso, pois, então, verificaria que o seu aparte não tem razão de ser.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Mas eu não tenho bola de cristal e V. Exa. fala tão veementemente, com um alagoanismo tão impressionante, que V. Exa. cria aquêlê “suspense” que Hitchcock faz e dá a impressão de que é a favor de Alagoas, mas ao mesmo tempo noto que V. Exa. é a favor do Brasil, e por isto me penitencio.

O SR. ARNON DE MELLO — Ser a favor de Alagoas é ser a favor do Brasil.

O Sr. Leandro Maciel — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não.

O Sr. Leandro Maciel — V. Exa. queira desculpar novamente interrompê-lo, mas sou levado a tanto pelo aparte do nosso colega Vasconcelos Tôrres. Disse S. Exa., e com segurança, que a providência foi da Petrobrás, não partiu de Sergipe a transferência do Distrito de Produção de Alagoas, porque pleiteávamos tão-sòmente a criação de um órgão autônomo no nosso Estado. Mas o Senador Vasconcelos Tôrres nos fêz a censura...

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Afetiva...

O Sr. Leandro Maciel — ... de que estávamos aqui mostrando ao Senado o nosso regionalismo, trazendo a esta Casa uma guerrinha, como S. Exa. classificou para o Senado, parecendo-lhe até pronunciamentos de Câmara de Vereadores. Não há regionalismo de nossa parte. Não há nem nunca houve. Tanto não somos regionalistas, que assistimos, no Estado de S. Exa., à instalação da Companhia Nacional de Alcalis em Cabo Frio, lugar contra-indicado, quando devia ser instalada em Sergipe, onde existem abundantes jazidas de salgema quase puro, com um teor de 99%. Não reclamaram, na época, os sergipanos com assento no Senado e na Câmara, a instalação dessa fábrica de soda cáustica, e de barrilha, se

bem que, pelas difíceis condições de localização da fábrica, não produzisse ela um quilo sequer de soda cáustica e mal produza a barrilha para uma pequena parte da demanda nacional. Regionalistas não somos nós, de Sergipe, porque assistimos sem protesto à instalação dessa fábrica no Estado de S. Exa.

APARTES

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Peço a V. Exa. um outro aparte, porque agora não é mais petróleo mas barrilha...

O SR. ARNON DE MELLO — Daqui a pouco, nobre Senador Vasconcelos Tôrres, eu acabarei pedindo a V. Exa. um aparte para continuar o meu discurso... Honra-me o aparte de V. Exa.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — V. Exa. deve ficar satisfeito pois graças à atividade parlamentar, um Senador não monologa. Estabelece-se um diálogo e até — não sei se é neologismo — um triálogo, através do contra-aparte. Tenho grande estima, tanto por V. Exa. quanto pelo Senador Leandro Maciel e por todos os Senadores.

CÂMARA DE VEREADORES E' POVO

O SR. ARNON DE MELLO — V. Exa. merece os nossos agradecimentos porque nos deu uma lição: disse que estávamos transformando o Senado numa Câmara de Vereadores, aliás, com muita honra para mim, porque sou povo, e o povo está também na Câmara Municipal.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — V. Exa. capitaliza bem essas palavras em Maceió, porque realmente elas destacam a sua inteligência. V. Exa. tira partido delas porque o Vereador é o grande eleitor do Deputado Federal e do Senador. Quanto à Companhia Nacional de Álcalis, a atitude do Sr. Senador Leandro Maciel é coerente. S. Exa. lutou para que não fôsse instalada a fábrica no Arraial do Cabo. Contudo ela não foi instalada ali por motivos regionalistas e sim por motivos técnicos, por uma questão de temperatura da água. Estudou-se o Brasil e notou-se que na ponta de Cabo Frio a água tem sete graus abaixo de zero e não seria possível, por causa das correntes marítimas quentes na costa do Nordeste, ali instalar-se uma fábrica nacional de álcalis. Do mesmo modo os mineiros têm uma queixa imensa do Estado do Rio, por causa da fábrica de Volta Redonda. Houve, também, motivos técnicos, pelos círculos concêntricos — área de produção, área de consumo, transporte e circulação de mercadorias.

V. Exa., Senador Arnon de Mello, está certo, e só quero pedir perdão se molestei V. Exa. quando falei em Câmara dos Vereadores.

Não o fiz com sentido depreciativo, mesmo porque penso que o cidadão investido de um mandato tanto mais é representativo do povo quanto mais desce a representação.

“NÃO DESCE, SOBE”

O SR. ARNON DE MELLO — Não desce, sobe.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Mas V. Exa., inteligentemente capitalizou. Eu, se fôsse Vereador, ficaria muito agradecido por essa observação inteligente de V. Exa. Mas estou olhando êste caso como Senador do Brasil, apenas. Portanto, não há crítica, de maneira alguma, nem qualquer arranhão nas considerações que expendi. Queria apenas salientar o que há efetivamente. Perdoe-me o eminente colega e querido amigo Senador Arnon de Mello, mas falei em guerrinha e não em guerrilha. Essa palavra guerrilha é de uma periculosidade terrível. Falei em guerrinha, é guerrinha entre Alagoas e Sergipe. Não quero voltar ao assunto e vou ouvir com atenção o discurso de V. Exa.

O Sr. Leandro Maciel — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Concedo o aparte ao nobre Senador Leandro Maciel.

O Sr. Leandro Maciel — O nobre Senador Arnon de Mello vai-me desculpar mais esta intervenção...

O SR. ARNON DE MELLO — Com muita honra, Senador.

O Sr. Leandro Maciel — ... mas o meu prezado amigo, brilhante Senador Vasconcelos Tôrres, disse que a fábrica nacional de álcalis foi instalada em Cabo Frio como solução técnica e não por regionalismo, e acentuou que ali a água se apresenta com 7 graus. Sr. Senador: se a água lá é tão quente, por que a Companhia Nacional de Álcalis faz a combustão submersa para conseguir o sal necessário à sua indústria?

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Pela escassez da produção de sal no Brasil.

O Sr. Leandro Maciel — Se foi por condições técnicas, como poderá S. Exa. provar que, nesse lugar, onde não há eletricidade, há calcáreo?

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Há calcáreo em demasia.

O Sr. Leandro Maciel — Como se poderia escolher êsse lugar para a instalação da Nacional de Álcalis, se Cabo Frio não tem energia elétrica nem sal? Sabe-se que o plano de uma salina ali, com um milhão de metros quadrados, fracassou inteiramente devido à umidade do ar. Em Cabo Frio não há calcáreo. Para conseguir-lo, a Nacional de Álcalis mandou fabricar, de propósito, uma

draga a fim de extrair, da lagoa de Araruama, as conchas de calcáreo necessárias à indústria, isto é, para alcançar a barrilha e a soda cáustica, que não chegam a obter. Do calcáreo de conchas, tiradas da lagoa de Araruama com a maior dificuldade, como S. Exa. sabe melhor do que eu, só se aproveitam 20%. O mais é desperdiçado, em razão da quantidade de resíduos que acompanha as conchas da lagoa de Araruama. Então, pergunto a S. Exa.: não foi em virtude de regionalismo — e não por condições técnicas — que se instalou a Fábrica de Alcalis em região que nem possui água potável?! Sabe S. Exa., melhor do que eu, que a água de Cabo Frio vem de 50 quilômetros de distância. Queria dar êste esclarecimento, para não parecer a S. Exa. que estamos defendendo, aqui, o regionalismo, querendo Alagoas — como disse o nobre Colega — o distrito de produção; e pleiteando Sergipe o mesmo. Desejo acentuar que regionalismo — bom e puro — foi o de levar aquela Fábrica para Cabo Frio, local contra-indicado, pois, se me perguntassem qual o lugar do Brasil onde não poderia ser instalada uma fábrica de soda cáustica e barrilha, eu responderia imediatamente: Cabo Frio.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Permite-me V. Exa., Senador Arnon de Mello, já que fui citado. Vejo que o problema está saindo do petróleo. Estou-me transformando — digamos assim — em Vereador de Cabo Frio. E não quero sê-lo. Tenho a informar que a Companhia Nacional de Alcalis estudou o assunto. Data vênha do eminente Senador Leandro Maciel, a maior reserva calcárea do Brasil localiza-se na lagoa de Araruama. Pode ser violentada, no máximo, durante 50 anos — e é cálculo pessimista. Quanto ao problema de energia elétrica e de água, não quero insistir, porque daria, com minha própria argumentação, oportunidade de me acusarem de regionalismo, de ser Vereador de minha querida Cabo Frio. Repito, não quero sê-lo, mas convido o eminente Senador Leandro Maciel — a quem tanto prezo — para realizar uma visita àquela cidade, a fim de que S. Exa. desfaça a impressão negativa sobre a instalação da Fábrica Nacional de Alcalis.

O Sr. Leandro Maciel — Já a visitei.

DESCULPAS

O SR. ARNON DE MELLO — Muito obrigado, nobre Senador Leandro Maciel, pelo aparte de V. Exa. Quanto ao nobre Senador Vasconcelos Tôrres, meu velho e querido amigo, espero, da sua elegância e da sua generosidade, não as desculpas que me pede agora pelo aparte com que me honrou, mas desculpas ao fim do meu discurso, quando verá que não teve razão no seu aparte.

DISCURSO DE INTERESSE NACIONAL

O Sr. Aurélio Vianna — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Aurélio Vianna — Estava eu ouvindo, em nosso Gabinete, o discurso que V. Exa. está pronunciando, o qual, mais que regional, interpreto como discurso de natureza estritamente nacional. Quando nós, representantes de um Estado da Federação, defendemos os seus interesses, na integração da política desenvolvimentista do País, estamos, na verdade, defendendo os interesses nacionais. E' o que V. Exa. faz, e fá-lo com autoridade. Assim, não poderia deixar, neste instante, de lhe dar êste aparte, porque é de justiça, Senador.

O SR. ARNON DE MELLO — V. Exa., nobre Senador Aurélio Vianna, me desvanece e me orgulha com seu aparte.

NÃO HÁ PREJUÍZO PARA SERGIPE

Sr. Presidente:

Continuo a ler as palavras do nobre Senador Leandro Maciel: "O que pleiteamos e tínhamos o direito de pleitear era a instalação de um distrito autônomo em Sergipe, porque é o segundo produtor de petróleo do Brasil. Mas esperávamos que continuasse em Alagoas a residência da Petrobrás e sem prejuízo, portanto, para o Estado vizinho. A Petrobrás — aduz o nobre Senador Leandro Maciel — entendeu diferentemente. Nós, sergipanos, vivemos irmanados com o povo de Alagoas no sofrimento e no esquecimento. Nunca poderia partir de nós providências no sentido de prejudicar o Estado vizinho."

E ainda: "Nós nos somamos aos alagoanos para que tenham também direito a que permaneça lá a residência da Petrobrás."

Na carta que dirigiu ao Sr. Marechal Arthur da Costa e Silva, então Presidente da República, o Sr. Governador de Alagoas, Lamenna Filho, declarou:

"O príprio Governador de Sergipe, meu ilustre e dileto amigo Lourival Batista, no louvável interesse de pugnar pelo desenvolvimento do seu Estado, quando solicitava a V. Exa. e ao Presidente da Petrobrás uma Superintendência para Sergipe, apressou-se em declarar que o pedido não implicava na retirada da Superintendência de Alagoas."

Perguntei aos ilustres Diretores da Petrobrás, com os quais conversei sexta-feira passada, se o fato de se encontrar instalada em Alagoas a sede da Região de Produção do Nordeste prejudicava Sergipe, e êles me responderam que não, pois, embora há anos esteja em Maceió aquela sede, tudo foi feito em Sergipe, a tempo e

a hora, para o êxito colossal de produção de petróleo em Carmópolis, Siriri e Riachuelo.

AS PERFURAÇÕES EM ALAGOAS E SERGIPE

Permitam-me, Senhores Senadores, resumir aqui estudo técnico sôbre a situação de Sergipe e a de Alagoas em matéria de exploração do petróleo e que junto na íntegra a êste discurso. Refiro a dados estatísticos que me chegaram de fontes diversas sôbre a reserva petrolífera recuperável da Bacia de Alagoas-Sergipe e o número de poços pioneiros requeridos na sua descoberta.

Vê-se, através dêsses elementos técnicos, que a Bacia Alagoas-Sergipe mede 10.000 km² em Sergipe e 6.000 km² em Alagoas.

A área com óleo é de 2,5%, ou seja, 250 km², dos quais Sergipe tem 40% e Alagoas 60%.

Para a exploração dessa área, Sergipe conta com 106 poços pioneiros e Alagoas com 159. “Como limite de densidade de poços a respeitar numa determinada área parcial da Bacia Alagoas-Sergipe — diz o relatório técnico — e para evitar que a perfuração exploratória se estenda indefinidamente, poder-se-ia adotar, ainda por semelhança com o registrado no Recôncavo, um poço exploratório por 6,25 km²”.

Em Sergipe foram perfurados, até dezembro de 1968, 100 poços pioneiros, faltando apenas 6, e hoje possivelmente outros estão programados.

Em Alagoas foram perfurados, até dezembro de 1968, 62 poços pioneiros, faltando, portanto, 97 poços a perfurar.

Deu, como se vê, a Petrobrás prioridade a Sergipe na exploração petrolífera, especialmente depois da grande surpresa de Carmópolis.

Será que Alagoas não poderá trazer-nos também surpresas no campo do petróleo?

OBJETIVOS DA RPN

Conhecidas as razões da Petrobrás e sabido que Alagoas não contende, no caso, com Sergipe, lealmente transmiti aos dignos Diretores da Empresa, General Roca Diegues e Engenheiro Ivan Barreto de Carvalho, os dados e informações que me chegaram de fontes fidedignas em favor do nosso ponto de vista.

A Região de Produção do Nordeste compreende a área que se alonga do Ceará a Sergipe, e tem a missão de promover pesquisas, exploração e produção de petróleo e seus derivados e gás natural. Em sua sede ficam a administração e os técnicos com a incumbência

de fiscalizar os trabalhos de pesquisas e explorações e promover estudos, estabelecer prioridades e transmitir ordens técnicas para toda a região de produção.

POR QUE EM MACEIÓ A SEDE DA RPN

Foi Maceió escolhida para sede da Região de Produção do Nordeste porque tem tudo o que se exige para tal, como aqui relaciono:

- 1) transporte — estradas estaduais e federais, ferrovias, aeroporto, ponto de embarque e desembarque;
- 2) comunicações — telégrafos e telefone, facilidades postais, jornais, estações de rádio;
- 4) saúde — hospitais, casas e postos de saúde; universidades;
- 4) saúde — hospitais, casas e postos de saúde;
- 5) habitação — mercados, unidades residenciais, etc.;
- 6) facilidade de aquisição e reposição de materiais — destinados às atividades afins e de apoio da empresa;
- 7) facilidade de aquisição de mão-de-obra especializada e treinamento de mão-de-obra existente;
- 8) facilidade de recreação e utilidades — destinadas aos familiares e seus empregados;
- 9) localização — a 240 quilômetros, por estrada asfaltada, da Cidade do Recife, centro comercial do Nordeste integrado na área da Região de Produção do Nordeste.

POR QUE DEVE A SEDE DA RPN CONTINUAR EM MACEIÓ

Como não desapareceu nenhuma das razões enumeradas que motivaram a instalação em Maceió da sede da RPN, não vemos porque transferi-la. Ao contrário, há até novos motivos para que ela continue em Maceió:

- a) pelas razões que determinaram a sua instalação e que continuam válidas;
- b) porque já se acha instalada ali. A construção da sede da Petrobrás no Tabuleiro do Martins custou recentemente cerca de dois milhões de cruzeiros novos e as diversas instalações ali existentes orçam por dezenas de milhões de cruzeiros, gastos ao longo de anos, o que quer dizer que exigiriam bastante tempo para serem feitas em outra parte;
- c) porque a mudança trará prejuízos à Petrobrás como um todo, e a seus empregados, que não podem se trans-

- ferir de Maceió, por falta de condições técnicas, econômicas e sociais;
- d) porque, no momento, se instala em Maceió, no Tabuleiro do Martins, a Fives Lilles Industrial do Nordeste, que tem, em seu programa de produção, a fabricação de máquinas, motores e equipamentos para exploração e produção de petróleo, seus derivados e afins;
 - e) porque se cuida da instalação da Salgema de Alagoas que fabricará produtos químicos utilizados na pesquisa e produção de petróleo e seus derivados;
 - f) porque está sendo ampliado o Pôrto de Maceió, destinado a receber navios de grande tonelagem, procedentes de outros Estados e do Exterior;
 - g) porque vai ser ampliado o Aeroporto de Palmares, que, permitindo o pouso de aviões maiores, facilitará o transporte de passageiros e cargas por via aérea;
 - h) porque se concluir no momento, a pavimentação da BR-101 e da rodovia que liga Penedo a Maceió, com o que é facilitada a comunicação com as atividades da Petrobrás no interior dos Estados de Alagoas e Sergipe;
 - i) porque está sendo melhorado o sistema de comunicações. Além do cabo telegráfico já existente, há o sistema de telefonia por micro-ondas e atualmente se cuida da montagem da Embratel;
 - j) porque se fez a descoberta de novos campos de petróleo e gás natural na cidade de São Miguel dos Campos, em Coqueiro Sêco e em Furado, continuidade das pesquisas dos campos produtores do Tabuleiro do Martins, Coqueiro Sêco e Rio São Francisco e programa de pesquisas para todo o Estado de Alagoas;
 - l) os poços de gás natural têm excelentes condições de serem explorados economicamente. E, segundo estudos publicados, "é o gás natural mais importante atualmente e mais econômico em sua exploração, produção e utilização econômica do que o do petróleo".

NÃO INTERESSA A PETROBRÁS

A transferência de Maceió da RPN também não interessa à Petrobrás, como vemos:

- 1) porque terá de fazer grandes despesas para construir novas instalações e residências para o pessoal removido de Alagoas;
- 2) porque tais despesas com as novas instalações serão tal-

- vez muito maiores que a economia que possa ser feita com a transferência, e além disso as construções exigem bastante tempo, o que prejudicará os serviços da empresa;
- 3) porque, para fazer dispensa de pessoal desnecessário, não se impõe a transferência;
 - 4) porque a transferência aproxima a sede da região de produção de um Estado, onde já existe a sede de outra região — a Bahia — e a afasta do resto do Nordeste, dificultando as operações de apoio e comunicação.

PREJUÍZOS A ALAGOAS

Além dos prejuízos à Petrobrás, há os prejuízos a Alagoas:

- a) retirada de cerca de NCr\$ 1,5 milhões mensais de circulação em nosso comércio de pagamentos efetuados a título de salário e vantagens a seus funcionários;
- b) decréscimo do número de empregos diretos oferecidos pela empresa, na área de Alagoas;
- c) desaparecimento dos empregos indiretos promovidos por suas atividades, que são em média de 10 indiretos por 1 direto;
- d) funcionamento em condições precárias das empresas alagoanas que têm suas atividades ligadas às atividades afins e de apoio à Petrobrás;
- e) redução da “Taxa de Educação” paga ao Estado (1% sobre a folha de pagamento do pessoal lotado na área), para fins de melhoria da educação primária, secundária e técnica no Estado de Alagoas;
- f) impacto na Receita Tributária do nosso Estado, pelo montante de compras que a Região deixará de realizar;
- g) impacto no montante das vendas que o nosso comércio deixará de realizar com a RPN e os familiares de seus empregados;
- h) decréscimo da contribuição para os órgãos de Previdência e Assistência, como sejam: INPS, SESI, SENAI e FIEA;
 - i) auxílio prestado às instituições sociais e filantrópicas;
 - j) diminuição das perspectivas de pesquisa e lavra em nossa bacia sedimentar.

TRANSFERÊNCIA EM MASSA

Vale a pena destacar, a esta altura, que, conforme a carta do Governador de Alagoas ao Marechal Costa e Silva, recebeu ele há um ano, do então Presidente da Petrobrás, General Candal da Fon-

seca, hoje Comandante do IV Exército, um telegrama afirmando que “não cogitava da transferência da sede da Região e que ela não consultava os interesses da Companhia”.

Por outro lado, há a considerar as implicações de ordem social suscitadas pela medida.

Não seria justo, realmente, — e para este ponto peço a atenção do nobre Senador Vasconcelos Tôrres — promover, sem motivos inarredáveis, a transferência em massa de funcionários radicados com suas famílias em um Estado, onde nasceram, vivem e trabalham, para outro Estado, onde, por sinal, não existem habitações que os acolham, o que forçaria a Petrobrás a investir nisso somas enormes que poderiam ser destinadas à pesquisa petrolífera ou a outra aplicação mais adequada às finalidades da empresa. Seriam mais de mil famílias lançadas ao desasossêgo, com novos problemas de toda ordem a onerar-lhes e desorganizar-lhes a vida, entre os quais a dificuldade para a educação das crianças e jovens não se apresentaria como o menor porque, em muitos casais, se o marido trabalha na Petrobrás, a esposa é empregada no Estado e não pode abandonar a colocação cujos ganhos lhe compõem o orçamento mensal de despesas.

E não se argumente que o marido poderia fazer acôrdo com a Petrobrás e deixar a empresa, porque numa área pobre como o Nordeste e num Estado que é o terceiro no Brasil em densidade demográfica, como Alagoas, não lhe seria fácil, antes muito difícil, obter nôvo emprêgo. E o desempregô significaria fatalmente a fome.

QUAIS OS MOTIVOS

Quais, então, diante do exposto, os motivos da transferência, já que os de economia são neutralizados pelos gastos com novas instalações e outros, e o interesse dos empregados da PETROBRAS está em permanecerem em Maceió?

Não se diga, depois de tantos anos de esperanças, que foram fracas, do ponto de vista geológico, as evidências de petróleo em terra ou na costa alagoana, porque essas evidências podem voltar fortalecidas a qualquer instante. Para seguramente afirmar-se que não há petróleo numa área é preciso seja ela despojada de qualquer evidência, o que não é o caso de Alagoas, antes pelo contrário.

Seria ademais muito tarde para chegar-se a conclusão tão pessimista. A coerência dos sinais de terra até o primeiro poço perfurado no mar não parece autorizar o abandono da costa alagoana. Quantos anos levamos nós no Brasil lutando contra os pessimistas que negavam a existência de petróleo no nosso subsolo?

POR QUE PERDER A FÉ

Se, em terra, Alagoas tem vários poços, — dois dos quais, o de São Miguel dos Campos e o de Furado, bem promissores — só podemos atribuir ao insucesso do primeiro poço perfurado na plataforma submarina alagoana a gôta d'água que determinou a decisão da Petrobrás de retirar do nosso território a sede da Região de Produção Nordeste. Despertando a plataforma alagoana tantas esperanças, o fato de o poço ali perfurado não haver dado petróleo deve realmente ter decepcionado.

Mas em Sergipe, onde até não se esperava petróleo, porque a sua área sedimentar é de pouca espessura, pouco propícia, portanto, a ocorrência de ouro negro, tivemos a surpresa do lençol de Carmópolis, hoje com uma produção diária de quase 30.000 barris.

Se os geólogos da Petrobrás, antes do insucesso do primeiro poço da plataforma submarina alagoana, acreditavam em petróleo na costa de Maceió, por que perderam a fé em Alagoas quando apenas o primeiro poço foi perfurado na costa do Peba? Também não achavam êles, como ficou dito, que não havia petróleo na costa sergipana, e êste não surgiu por lá?

Por que, então, em Alagoas, onde com tanta razão se esperava petróleo, não o teremos mais dia, menos dia? Os geólogos bem sabem que a Natureza é cheia de mistérios e surpresas, e surpresas tiveram êles não somente em Sergipe, mas também em Barreirinhas no Maranhão.

Assim, se foi a ausência do petróleo em Alagoas que determinou a transferência da sede da RPN e se, de um momento para outro, êle por lá surgir em quantidades maiores — e nisso tenho fé porque acredito nos estudos da Petrobrás que continuam válidos — poderíamos defender a volta da sede da RPN para Maceió...

Aliás, não sou dos que consideram deva a sede ficar próxima da área de produção. A admitir o argumento, a sede da Região Nordeste deveria ficar não em Aracaju mas em Carmópolis, a maior área produtora de petróleo de Sergipe.

A LUTA DE ALAGOAS

Senhor Presidente

É velha a nossa luta. Fomos em tempos a bem dizer imemoriais o primeiro Estado a revelar evidências de petróleo em nosso subsolo, e, sempre com adversários poderosos, a defender a sua exploração.

Já em 1837, o Dicionário Geográfico das Minas do Brasil destaca a informação constante do Relatório do Ministério do Império

sôbre a descoberta, pelo Dr. Júlio Parigot, de uma jazida, “estendendo-se pelo mar”, na costa alagoana, de xisto betuminoso. Em 1891. firma inglêsa instalava uma sonda no litoral de Alagoas, para isso tendo obtido licença ainda do Gôverno Imperial.

E conta-se mesmo que em fins do século XIX populações humildes, das praias do norte alagoano, se serviam para uso doméstico de pequenas porções de xisto betuminoso que por lá surgiam.

FATOS MISTERIOSOS

Já no início dêste século, o Dr. José Bach, geólogo alemão, por quinze anos estudou o litoral norte de Alagoas, esperançoso de ali encontrar petróleo. Seus estudos, entretanto, não se concluíram: então Diretor-Técnico da Empresa de Minas Petrolíferas, foi assassinado em 1918, e a sua morte até hoje permanece em mistério. Diga-se que dêle recebera a Polícia pedido de garantia de vida, que não teve.

Sucedeu-o nessas pesquisas, cujos dados técnicos comprou à família Bach, o Sr. Pinto Martins, que organizou para isso um grupo econômico. Mal obtivera no Rio de Janeiro financiamento para tais estudos, foi encontrado morto no seu quarto de hotel. Considerou-se o fato como suicídio, embora houvesse desaparecido por encanto tôda a documentação referente ao empreendimento.

ANOTAÇÕES DO SERVIÇO GEOLÓGICO

Em 1925, o Serviço Geológico do Ministério da Agricultura, em suas anotações no Livro de Perfuração do poço 50 de Riacho Doce, em Alagoas, logo abandonado, refere os trabalhos de campo, iniciados com a perfuração dêle, em 17 de novembro de 1924. Por essas anotações, vê-se que de tal data até 22 de outubro de 1927, se verificaram as seguintes ocorrências naquele poço:

- a) arenito friavel, ressumando óleo, aos 272 metros;
- b) xisto, ressumando óleo, aos 273 metros;
- c) xisto muito mole, saindo muito óleo, aos 283 metros.

Em 1926, o Engenheiro Eusébio de Oliveira, Diretor do Serviço Geológico, em relatório ao Ministro da Agricultura, diz:

“Nas sondagens executadas em Riacho Doce tem sido encontrado petróleo.”

NOVOS TRABALHOS

Em 1936, constituiu-se, a 26 de janeiro, a Companhia Petróleo Nacional, composta, entre outros, por Edson Carvalho, Montei-

ro Lobato e Lino Moreira, a qual reiniciou a perfuração da área de Riacho Doce abandonada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral. Já em 8 de junho do mesmo ano, a 22 metros de profundidade, a Companhia encontrava gás inflamável, e a 265 metros, conforme relatório, o poço produziu 200.000 litros de gás em três horas. Reciosa da violência de um possível jato de petróleo, a Companhia interrompeu os trabalhos e recorreu ao Ministério da Agricultura através do Governo do Estado.

Era então Governador de Alagoas o Professor Osman Loureiro que empenhou todos os esforços mas não conseguiu a ajuda do DNPM.

TÉCNICOS ALEMÃES

Em 1936, o mesmo Governador Osman Loureiro, a cujo patriotismo rendo as minhas homenagens, contratou os serviços da firma alemã "Piepmeyer & Co., através de sua seção especializada Elbof, para estudar o litoral alagoano. Vale a pena ler as conclusões do relatório desses técnicos afamados:

"Em conformidade com os conceitos recentíssimos da geologia petrolífera e da geofísica aplicada, justamente com base nos indícios notáveis de gás e óleo dos poços já perfurados, podemos classificar a região em redor do Riacho Doce como absolutamente petrolífera. Aceite, pois, Sr. Governador Osman Loureiro, as nossas maiores congratulações pelas grandes possibilidades que se apresentam com as explorações das ocorrências petrolíferas da costa de Alagoas."

E o engenheiro da Elbof, Otto Keuncke, doutor em ciências geofísicas, refutando restrições ao seu relatório, declarou:

"Estamos prontos para qualquer defesa do relatório de nossa autoria, ficando certos de que uma Comissão Internacional de Peritos em Geofísica nos daria crédito."

SUSPENSAS AS SONDAGENS

Em 1939, na Ponta Verde, no litoral de Maceió, uma sonda do Conselho Nacional do Petróleo fez uma perfuração de 2.100 metros, atravessando, aos 1.500 metros, uma camada de arenito oleífero, com produção de 15 barris em 24 horas, no seu primeiro teste.

Em virtude da dificuldade de material, não prosseguiram os trabalhos. E, sobrevindo a descoberta de petróleo no Recôncavo Baiano, para lá se dirigiram tôdas as atenções até que na década de 50 se fundou a Petrobrás, que estendeu a outros pontos do território nacional os trabalhos de pesquisa de petróleo.

SERÁ POSSIVEL

Senhores Senadores

É o caso de perguntar-se: será possível, com tantas indicações, que não haja petróleo na plataforma continental de Alagoas?

E será possível que nós, alagoanos, devamos continuar lutando contra o pessimismo diante de evidências que se aprofundam em séculos?

A retirada de Maceió da sede da RPN já não se circunscreve aos problemas técnicos, econômicos e sociais que gera mas se estende ao interesse nacional mais profundo. Se petróleo é riqueza, se o Brasil carece dêle para melhor assegurar o seu desenvolvimento, por que o desinteresse por uma área onde de há tanto tempo se indicam evidências do ouro negro?

PROGRESSO

Temos ainda de considerar o assunto sob aspecto excepcionalmente importante. Todos sabemos, Senhores Senadores, que o Nordeste avança no seu desenvolvimento e, dentro dêle, Alagoas se afirma como um dos Estados mais progressistas. Este ano, vamos produzir nove milhões de sacos de açúcar, quando o Estado do Rio produzirá sete milhões, e Pernambuco, quinze milhões. Aumentamos anualmente em cerca de um milhão de sacos a nossa produção. O segredo está em que alargamos as nossas terras de cultura, utilizando, para plantar cana-de-açúcar, os tabuleiros quimicamente pobres e sáfaros. Adubando-os, nêles fizemos o plantio da cana, e com grande sucesso: oferecem-nos excelentes condições físicas para a colheita e com a possibilidade de redução dos custos de produção, pois, enquanto o massapê exige cinco limpas do terreno no decorrer do inverno, os tabuleiros pedem apenas uma limpa, e, assim mesmo, em volta das touceiras de cana.

Com uma grande área de mata, com muita água e podendo todo o seu território ser percorrido em um dia, Alagoas oferece excepcionais condições de progresso. Temos 27.700 quilômetros quadrados de terras férteis, pois o próprio sertão carece apenas de água para produzir tudo, e a água de Paulo Afonso já está sendo canalizada para abastecer os municípios secos. Somos o Estado maior produtor de côco baiano. Temos uma bacia leiteira, onde tão bem se adaptou o gado holandês que a média diária de produção de leite é de 7 litros por vaca, o que supera a média dos Estados Unidos, que é de 6 litros e meio. Cumpre o Estado, com a ajuda da Sudene, um programa de industrialização que ainda há pouco atraiu, para instalar-se em Maceió, a Fives Lille.

Estamos realmente em explosão de progresso. E por que frustrarmos o povo, desiludí-lo, deprimi-lo, decepcioná-lo, na hora maior do impulso para a frente?

NO AMAZONAS

O Sr. Flávio Brito — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Com prazer.

O Sr. Flávio Brito — Eminentíssimo Senador, na semana passada ouvi, como representante do Amazonas, o pronunciamento do ilustre colega, Senador Teotônio Vilela, no qual defendia a Petrobrás, porque todos nós, do operário ao mais alto posto que um brasileiro possa ocupar, defendemos a Petrobrás. Acho que nós temos por obrigação, pela nossa experiência, às vezes maior do que a dos técnicos da Petrobrás, de apresentar-lhes sugestões. E observo que as ilustres bancadas de Alagoas e de Sergipe estão demonstrando êsse empenho, neste plenário. Sr. Senador, no meu Estado, no ano de 1954, a Petrobrás se instalou no Amazonas, no Município de Nova Olinda. Era um Município pobre, mas um Município farto. A Petrobrás ali permaneceu até 1963 com tôdas as construções magestosas, com as barcas — porque as estradas do meu Estado são os rios — tão bem equipadas que pareciam palácios. Essas mesmas barcas, os Senadores que quiserem verificar poderão ver, estão apodrecendo em Belém, atracadas no cais de Belém do Pará. O Município de Nova Olinda, como eu disse, era um Município farto. A Petrobrás, para suas pesquisas, começou a jogar bombas em todos os rios e em todos os lagos e, após alguns anos, abandonou o Município, que é hoje um fantasma. Nem os pequenos navios e nem barcos regateadores que andam comerciando param ali porque Nova Olinda está na miséria. As casas bonitas que a Petrobrás deixou ali parecem cruces que marcam um passado. Sr. Senador, V. Exa. age muito bem na defesa que faz. Talvez não se registrasse hoje êsse abandono, se a nossa bancada, àquela época, houvesse defendido, como os Srs. da bancada de Alagoas e de Sergipe o fazem, a permanência, no Município, da Petrobrás. Reconhecemos que a Petrobrás precisa fazer as pesquisas, mas ela tem que, paralelamente, ver o problema social. Não é fazer pesquisas e deixar a desgraça, deixar a miséria como deixou nesse Município do meu Estado. Era êste o aparte que desejava dar a V. Exa.

DIZER PETROBRÁS É DIZER BRASIL GRANDE

O SR. ARNON DE MELLO — Muito obrigado, nobre Senador Flávio Brito, pelo seu aparte, o qual enriquece meu discurso e me dá novos argumentos para lutar, ao lado do eminente Senador Teotônio Vilela, em favor dos interesses do meu Estado.

Senhor Presidente:

Neste País e mais, talvez, no Nordeste, lá na minha Alagoas, dizer Petrobrás é dizer Brasil Grande.

Não seria possível então que a Petrobrás nos abandonasse e, mais do que abandonasse, nos frustrasse.

Expresso o meu aprêço aos dois dignos diretores da PETROBRAS com os quais tratei do assunto e que foram de boa-fé levados a uma decisão que se alicerça no empenho da redução de custos e diminuição de despesas. Mas espero que sua atenção se volte para os outros aspectos — sociais e econômicos, e em campo mais vasto que os do interesse exclusivo de uma companhia particular — e estou certo de que êstes terminarão por influir em sua decisão num reexame do assunto.

FUTURO DA NAÇÃO

Senhores Senadores:

Cumpre-me, afinal, renovar aqui o apêlo dos alagoanos ao ilustre General Ernesto Geisel, a quem o Brasil tanto deve e a quem a Revolução acaba de confiar tarefa de suma importância. O General Ernesto Geisel bem compreende a missão histórica da Petrobrás, que se insere no contexto brasileiro como um elemento de propulsão do todo nacional, não se restringindo aos objetivos de simples empresa privada mas engrandecendo-se no empenho de promover o Brasil Futuro. A mística do petróleo, fonte de onde emanou, não se esgota com a descoberta de todos os lençóis do ouro negro que enriqueçam o nosso sub-solo: transcende os limites da auto-suficiência nacional e da exploração das possibilidades da petroquímica, porque se compromete no mais rápido e amplo desenvolvimento dêste País. O Brasil precisa da Petrobrás para ajudá-lo a sair do atraso, numa obra de integração nacional. A idéia de lucro, que conduz para o investimento o capital privado, não há de orientar as ações de uma empresa que se confunde com o próprio destino da Nação.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR ARNON DE MELLO, EM SEU DISCURSO

Estudo da Reserva Petrolífera Recuperável na Bacia Alagoas-Sergipe e Número de Poços Pioneiros Requeridos na sua Descoberta.

Trata-se de uma combinação de índices de Weeks com dados estatísticos registrados para o Recôncavo Baiano, nos seguintes relatórios:

- a) "Estimativa dos Recursos Petrolíferos (óleo) na Bacia Sedimentar do Recôncavo Baiano", por L. P. Vieira e G. Weyler, em outubro de 1968;
- b) "Programa Exploratório para o período 1969-1973, para a Bacia do Recôncavo", por W. A. Assis, A. A. Teixeira, J. V. Campos, K. Miura, J. I. Fonseca e W. F. O. Silva em janeiro de 1969.

DADOS TÉCNICOS

"A Bacia de Alagoas-Sergipe, que mede aproximadamente 10.000 km² é enquadrada, como a do Recôncavo, na Classe B da tabela de Weeks, aplicando o índice de Weeks, temos:

Area total = 10.000 km² (4.000 km² em Sergipe + 6.000 km² em Alagoas)

Area com óleo = 2,5% × 10.000 = 250 km².

QT = 250 × 0,786 × 10⁶ m³ = volume de óleo recuperável (por recuperação primária):

Para Sergipe = 196,5 × 10⁶ × 4.000 = 78,5 × 10⁶ m³.

10.000

Para Alagoas = 196,5 × 10⁶ × 6.000 = 118 × 10⁶ m³.

10.000

ÓLEO RECUPERÁVEL

Óleo recuperável já descoberto, por analogia com o Recôncavo:

Em Sergipe = 30 × 10⁶ m³ (Recuperação prim. + pequena % secundário)

Em Alagoas = 0,5 × 10⁶ m³ (Recuperação prim. + pequena % secundária)

Óleo recuperável a descobrir:

Em Sergipe = 78,5 × 10⁶ — 30 × 10⁶ = 48,5 × 10⁶ m³.

Em Alagoas = 118 × 10⁶ — 0,5 × 10⁶ = 117,5 × 10⁶ m³.

POÇOS PIONEIROS A PERFURAR E PERFURADOS

Número de poços pioneiros perfurados até dezembro de 1968:

Em Sergipe — 100

Em Alagoas — 62

Número de poços pioneiros a perfurar a partir de dezembro de 1968:

Para o cálculo deste número, teremos que adotar aqui, o fator médio de descobrimento registrado no Recôncavo.

Para os 200×10^6 m³ de óleo recuperável ali descoberto, serão requeridos 270 poços pioneiros:

203 (já perfurados até junho-68) = $26 \times 10^6 \div 0,38 \times 10^6$ (a perfurar) = $202 + 68 = 270$.

Ainda para o Recôncavo, foi recomendado também pelo grupo de técnicos no relatório da referência "b", um adicional de 78 poços exploratórios para o período 1969-1973, sendo 60 pioneiros e 18 de extensão.

Dêste modo, o volume médio de óleo recuperável descoberto por pioneiro, no final, será ali de $200 \times 10^6 \div 270 = 0,74 \times 10^6$ m³.

DADOS APLICÁVEIS A ALAGOAS-SERGIPE

Este dado, a nosso ver, é razoavelmente aplicável na Bacia de Alagoas-Sergipe, onde o número de campos descobertos é ainda muito pequeno para fornecer uma média segura para o seu fator próprio.

Assim, o número de poços pioneiros requeridos será:

Para Sergipe — $78,5 \times 10^6 \div 0,74 \times 10^6 = 106$ poços pioneiros.

Para Alagoas — $118 \times 10^6 \div 0,74 \times 10^6 = 159$ poços pioneiros.

O número de poços pioneiros a perfurar será então:

Para Sergipe: $106 - 100$ (perfurados até dez. /68) = 6 poços pioneiros (talvez mais).

Para Alagoas: $159 - 62$ (perfurados até dez. /68) = 97 poços pioneiros.

Como limite de densidade de poços a respeitar numa determinada área parcial da Bacia, para evitar que a perfuração exploratória possa estender-se indefinidamente, poderíamos adotar, ainda por semelhança com o registrado no Recôncavo Baiano, um poço exploratório por 6,25 km².

Serviços Gráficos GAZETA DE ALAGOAS

Maceió — Alagoas

Senado Federal



SEN00023922